

“DA PORTA PRA DENTRO”: EXPERIÊNCIAS FEMININAS EM UM CONDOMÍNIO POPULAR

EUNICE SOUZA COUTO¹;
FRANCISCO LUIZ PEREIRA NETO²

¹ Universidade Federal de Pelotas – eunice.couto@gmail.com¹

² Universidade Federal de Pelotas – francisco.fneto@gmail.com²

1. INTRODUÇÃO

A criação do programa Minha Casa Minha Vida, em 2009, representou um marco nas políticas públicas habitacionais brasileiras, ao buscar atender diferentes faixas de renda e priorizar segmentos historicamente vulnerabilizados, como mulheres chefes de família, idosos e pessoas com deficiência. A Faixa 1, voltada para cidadãos com renda de até R\$1.395,00, evidenciava o compromisso estatal com a justiça social, ao subsidiar até 90% do valor do imóvel e garantir moradias quitadas para beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Medidas como a preferência feminina na titularidade dos imóveis, instituída pela Medida Provisória 561/2012, reforçaram o caráter inclusivo e protetivo da política, especialmente no contexto de vulnerabilidade socioeconômica e desigualdade de gênero.

Tal abordagem evidencia o papel do Estado como agente garantidor de direitos sociais, ao reconhecer a moradia não apenas como uma necessidade básica, mas como expressão concreta da cidadania e da justiça socioespacial. Entretanto, refletir sobre como esse direito é efetivado conduz a outras análises, que envolvem a distribuição territorial dos empreendimentos, a continuidade das políticas públicas, a participação social nos processos decisórios e a interseccionalidade das vulnerabilidades. Assim, este trabalho propõe discutir os limites e potencialidades do programa Minha Casa Minha Vida como instrumento de efetivação do direito à moradia digna, à luz dos princípios constitucionais e das demandas reais da população brasileira.

A análise da moradia popular no Brasil exige uma abordagem interdisciplinar que considere não apenas os aspectos legais e urbanísticos, mas também as dimensões sociais, simbólicas e de gênero que atravessam os modos de habitar. O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), criado em 2009, representa uma das mais amplas políticas públicas habitacionais do país, com foco na redução do déficit habitacional e na promoção do direito à moradia digna. A retomada do programa em 2023, por meio da Lei nº 14.620, reafirma o compromisso do Estado com a função social da propriedade e com a proteção de grupos vulnerabilizados, especialmente as mulheres. Segundo dados do MINISTÉRIO DAS CIDADES (2024), 85% dos contratos subsidiados do MCMV são assinados por mulheres, o que revela não apenas a feminização da demanda habitacional, mas também o reconhecimento institucional da centralidade feminina na estrutura familiar brasileira.

¹ Autora desenvolveu o trabalho a partir da pesquisa desenvolvida com financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Iniciação Tecnológica e Inovação – PROBIC-BITI/FAPERGS.

Essa prioridade dada às mulheres na titularidade dos imóveis, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, reforça o papel do Estado como agente garantidor de direitos sociais. No entanto, como aponta PEREIRA NETO (2024), é necessário ir além da entrega de unidades habitacionais e compreender como esses espaços se transformam em lugares de moradia. O autor propõe uma leitura crítica da política habitacional em cidades médias, como Pelotas (RS), destacando os desafios da pós-ocupação e a reconfiguração dos territórios periféricos. Para ele, a moradia popular deve ser pensada como espaço de reprodução da vida e não apenas como solução técnica para o déficit habitacional.

A dimensão simbólica e relacional da moradia também é explorada por ROVERE (2025), que investiga os modos de habitar a periferia a partir da experiência de mulheres em empreendimentos do MCMV. A autora evidencia como as redes de cuidado e de sociabilidade são desarticuladas com o deslocamento territorial, gerando sentimentos de solidão, sobrecarga e descontinuidade das práticas comunitárias. Sua abordagem feminista e urbana revela que a política habitacional, ao ignorar os vínculos afetivos e territoriais das moradoras, pode produzir novas formas de vulnerabilidade, mesmo quando garante o acesso formal à moradia.

Complementarmente, KOURY; BARBOSA (2020) contribuem com uma perspectiva antropológica sobre as sociabilidades urbanas de pequena escala, discutindo como práticas cotidianas como fofocas e rumores operam na construção do self e na regulação moral dos espaços comunitários. Em contextos como os condomínios populares, essas dinâmicas ganham relevância ao influenciar os modos de convivência, a percepção de privacidade e os limites entre o público e o privado. A atuação das mulheres, muitas vezes restrita ao espaço doméstico, é atravessada por essas formas de controle simbólico, que reforçam papéis de gênero e moldam a experiência do habitar.

A pesquisa, aqui apresentada, articula os eixos da política pública, da antropologia urbana e da perspectiva de gênero para compreender os limites e potencialidades da moradia popular como espaço de vida, cuidado e pertencimento. A moradia, mais do que um bem material, é um território de relações, memórias e disputas, cuja efetivação como direito exige o reconhecimento das múltiplas dimensões que compõem o cotidiano das mulheres nas periferias urbanas.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na perspectiva etnográfica, a fim de compreender como o direito à moradia se efetivou no período pós-ocupação e na experiência cotidiana de mulheres residentes em um condomínio vertical do programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1), localizado na cidade de Pelotas (RS). A escolha metodológica se justifica pela necessidade de captar os sentidos atribuídos à moradia, às redes de apoio e às transformações vividas pelas participantes após o deslocamento para o novo espaço habitacional. Os dados foram analisados buscando identificar padrões de sentido, recorrências e singularidades nas falas das participantes. As categorias emergentes foram confrontadas com o referencial teórico, permitindo a construção de interpretações que dialogam com os debates sobre gênero, moradia popular e sociabilidades urbanas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das entrevistas e observações realizadas no condomínio revelam aspectos centrais da experiência das moradoras, especialmente no que diz respeito à segurança, mobilidade e acesso a serviços públicos. Esses elementos são fundamentais para compreender como a política habitacional se materializa no cotidiano e nas práticas de cuidado das mulheres. Todas as entrevistadas destacaram positivamente a segurança do condomínio, mesmo com o portão de acesso permanecendo aberto. Essa percepção de tranquilidade é significativa, sobretudo considerando o histórico de vulnerabilidade que muitas dessas mulheres enfrentaram em seus contextos anteriores.

Outro ponto recorrente nas entrevistas foi a valorização da mobilidade, especialmente pela presença de um ponto de ônibus próximo ao portão do condomínio. Essa infraestrutura favorece a autonomia das moradoras, permitindo deslocamentos cotidianos com maior facilidade. No entanto, a distância até o supermercado mais próximo — superior a dois quilômetros — representa um desafio logístico, sobretudo para mulheres que realizam compras volumosas e não dispõem de transporte próprio. A presença de minimercados e farmácias nas proximidades ameniza essa dificuldade, mas não supre integralmente a demanda por abastecimento mensal.

As entrevistas também revelaram dificuldades significativas no acesso à saúde e à educação. Algumas moradoras relataram que, no início da ocupação, havia a necessidade de retornar aos seus bairros de origem para conseguir atendimento médico e as dificuldades para garantir vaga escolar para seus filhos. Tais fatos evidenciam uma desconexão entre a política habitacional e o planejamento urbano integrado.

4. CONCLUSÕES

Esses relatos apontam para uma lacuna estrutural na implementação do programa habitacional, conforme discutido por ROVERE (2025), que alerta para os desencontros entre o planejado e o vivido. A moradia, embora formalmente garantida, não se traduz automaticamente em acesso pleno aos direitos sociais, especialmente quando o território não é preparado para absorver a nova demanda populacional.

A análise das práticas cotidianas das mulheres moradoras do condomínio revela que, embora a política habitacional tenha garantido o acesso formal à moradia, ela não rompe com as estruturas simbólicas que delimitam o lugar da mulher no espaço urbano. A territorialidade restrita – marcada pelo domínio “da porta pra dentro” – evidencia como o ambiente residencial, longe de ser neutro, reproduz relações de poder e desigualdade de gênero.

O condomínio, nesse sentido, funciona como um microcosmo onde se encena a dramaturgia social do cuidado, revelando que o espaço urbano é também um campo de disputa simbólica. Reconhecer essas tensões é fundamental para pensar políticas públicas que não apenas ofereçam moradia, mas que promovam justiça espacial, equidade de gênero e o direito à cidade em sua plenitude.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério das Cidades. **MCMV: 85% dos contratos subsidiados são assinados por mulheres**. Brasília, DF: MCID, 2024. Acessado em 16 ago.2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/mcmv-85-dos-contratos-subsidiados-sao-assinados-por-mulheres>

KOURY, M. G. P.; BARBOSA, R. B. Fofocas e rumores no cotidiano do pequeno urbano: a construção e a apresentação do self nas sociabilidades urbanas de pequena escala. **Latitude**, Alagoas, v. 14, n. 2, p. 56-81, 2020.

PEREIRA NETO, F. L. De unidades habitacionais a lugares de moradia: a redefinição da habitação popular nas periferias de cidades médias. In: **34ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA**, Belo Horizonte, 2024. Anais da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, Belo Horizonte/MG, 23 a 26 de julho de 2024. p. 2.

Disponível em : https://www.abant.org.br/files/34rba_854_20726552_120761.pdf . Acesso em 17 ago. 2025

ROVERE, T. S. Minha casa, e minha vida? Modos de habitar a periferia atravessada pela política pública habitacional brasileira. In: TIRELLI, C; PEREIRA NETO, F.L.; ROVERE, T. S. (Org.) **Modos de Fazer Cidade: (des)encontros entre o planejado e o vivido**. São Carlos. Pedro & João Editores, 2025. Cap. 2, p.51-66.